



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região

PORTARIA TRT GDG Nº 174/2020

(Protocolo TRT nº 05.922/2020)

João Pessoa/PB, 30 de setembro de 2020.

O DIRETOR-GERAL DE SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, tendo em vista o Protocolo Administrativo supracitado e as regras dispostas no inciso III do artigo 58 c/c artigo 67, ambos da Lei nº 8.666/1993, bem como no Decreto nº 9.507/2018 e no ATO TRT/13ª GP nº 008/2019 (art. 1º, letra "v"),

RESOLVE

I - Designar os servidores abaixo nominados e qualificados, para atuarem como Gestores, Titular, Substituto e Fiscais Setoriais, do **CONTRATO TRT Nº 35/2020**, firmados com a empresa **NP Capacitação e Soluções Tecnológicas Ltda.**, cujo objeto é a disponibilização on-line de 04 unidades de licença de banco de dados informatizado de pesquisa e comparação de preços pela Administração Pública (Banco de Preços):

- **Gestor Titular:** FRANCISCO EDUARDDO HENRIQUES DE ARAUJO, Assistente IV, Matrícula nº 300255474, lotado na Coordenadoria de Material e Patrimônio - CMP

- **Gestora Substituta:** MARIA ILMA DA SILVA SA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Segurança, Classe "C", Padrão 13, Matrícula nº 265.174.000, lotado na Coordenadoria de Material e Patrimônio - CMP;

- Fiscal Técnico Setoriais:

EMERSON SANTOS MAUL DE ANDRADE, Chefe da Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza - CAEMA, Matrícula 300.351.130;

JOSE CORREIA DE ALBUQUERQUE JUNIOR, Analista Judiciário, Apoio Especializado, Engenharia Civil, Matrícula nº 300.355.166, lotado na Diretoria do Fórum Maximiano Figueiredo - FMF;

RAIMUNDO JOSÉ CAMPOS JÚNIOR, Técnico Judiciário, Apoio Especializado, Tecnologia da Informação, Classe "B", Padrão 6, Matrícula nº 201.330.660, lotado na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC;

II – Determinar a observância do disposto no artigo 3º, incisos I a V, do ATO TRT GP nº 121/2001, do ATO TRT GP nº 189/2018 e da legislação de regência da matéria,

bem como a assinatura da declaração registrando o conhecimento integral dos termos do Contrato (ACÓRDÃO nº 829/2017 – TCU);

III – Recomendar aos servidores indicados, à guisa de boa prática administrativa, nos termos da orientação do TCU (item 1.7.3 do Acórdão nº 8.005/2011-1ªC e TC-007.114/2011-7 – publicado no DOU de 20.09.2011, seção 1, p. 158), a utilização – no que couber – do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (última modificação em 14/04/2015) do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, disponibilizado no endereço eletrônico: <http://www.inpi.gov.br/sobre/arquivos/manualfiscal.pdf/view>.

IV – Os casos omissos serão resolvidos por esta Diretoria-Geral da Secretaria.

Dê-se ciência.

Publique-se no DA_e TRT 13ª Região.

(assinado eletronicamente)

ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA

Diretor-Geral

